

CLIPPING IMPRESSO

16/10/2019

INDICE

1. CONVÊNIOS	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. DECISÕES	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	2 - 3
3. DESEMBARGADOR	
3.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	4 - 5
4. ESMAM	
4.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	6
5. INSTITUCIONAL	
5.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	7
6. JUÍZES	
6.1. JORNAL PEQUENO.....	8
7. SERVIDOR PÚBLICO	
7.1. JORNAL ATOS E FATOS.....	9 - 10
7.2. JORNAL EXTRA.....	11
7.3. JORNAL O DEBATE.....	12
7.4. JORNAL PEQUENO.....	13
8. VARA CRIMINAL	
8.1. JORNAL ATOS E FATOS.....	14 - 15
8.2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	16 - 17
8.3. JORNAL O IMPARCIAL.....	18 - 19
8.4. JORNAL PEQUENO.....	20 - 21

**Legislativo promulga
lei que concede reajuste
aos servidores do Poder
Judiciário do MA**

PÁGINA 2

Legislativo promulga lei que concede reajuste aos servidores do Poder Judiciário

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Maranhão promulgou, na sessão desta terça-feira (15), a Lei 11.119/2019, de autoria do Poder Judiciário, que altera a tabela de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas do quadro de pessoal do Judiciário maranhense.

De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, a promulgação da lei pelo Poder Legislativo Estadual vem valorizar ainda mais os dedicados servidores do Poder Judiciário Estadual, que desenvolvem com empenho, compromisso e muita competência suas atividades profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça Estadual, que têm

elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas institucionais e garantindo um atendimento eficiente e de qualidade à sociedade maranhense”, afirmou o presidente do TJMA.

O presidente da Alema, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou que a promulgação da lei foi fruto de muito diálogo com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Joaquim Figueiredo.

“Muito feliz em ter promulgado a lei que concede o reajuste aos servidores do Poder Judiciário do Maranhão. Foram muitos meses de diálogo com o desembargador Joaquim Figueiredo para que pudéssemos chegar a esse ponto”, declarou Othelino.

PF deflagra operação contra organização criminosa no MA em outros Estados

A Polícia Federal, por meio da Delegacia de Combate aos Crimes contra o Patrimônio (Delepat) da Superintendência Regional do Maranhão, deflagrou na manhã desta terça-feira (15), nas cidades de São Luís, Imperatriz e Codó a Operação "Intramuros" com a finalidade de reprimir organização criminosa especializada em tráfico de drogas e armas no estado do Maranhão. Página 8

PF deflagra operação contra organização criminosa no MA em outros Estados

A Polícia Federal, por meio da Delegacia de Combate aos Crimes contra o Patrimônio (Delepat) da Superintendência Regional do Maranhão, deflagrou na manhã desta terça-feira (15), nas cidades de São Luís, Imperatriz e Codó a Operação "Intramuros" com a finalidade de reprimir organização criminosa especializada em tráfico de drogas e armas no estado do Maranhão.

Foram cumpridos 32 Mandados de Prisão Preventiva e 32 Mandados de Busca e Apreensão, tendo as ordens judiciais sido determinadas pelo juiz titular da 1ª Vara Criminal de São Luís, Francisco Ronaldo Maciel Oliveira, com apoio de 150 policiais federais das Superintendências Regionais do Goiás, Distrito Federal, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba e Amapá



Foram cumpridos 32 Mandados de Prisão Preventiva e 32 Mandados de Busca e Apreensão

visando colher provas da materialidade delitiva.

As investigações foram iniciadas após trabalhos de inteligências da Polícia Federal, que identificaram a atuação de facções criminosas no Estado do Maranhão. Observou-se que o grupo criminoso é dividido de for-

ma estruturada e piramidal e possui um setor responsável por planejar e realizar tráficos de drogas, armas e outros crimes no Estado.

Durante a investigação, identificou-se as principais lideranças da organização criminosa no Maranhão e em outros Estados.

**ESTADO
MAIOR**

Será escolhido hoje o
novo membro do
Tribunal Regional
Eleitoral (TRE). **POLÍTICA 3**

ESTADO MAIOR

Disputa pela Corte Eleitoral

O Tribunal de Justiça do Maranhão vai escolher hoje o novo membro do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) na vaga de desembargador. A disputa vai acontecer entre o presidente do tribunal, desembargador José Joaquim Figueiredo, e a desembargadora Ângela Salazar. A vaga em questão é de Cleones Cunha, que deixará o tribunal em maio do próximo ano, já que durante o seu biênio se afastou por seis meses nas eleições de 2018 devido a candidatura a deputada estadual de sua cunhada, Daniella Tema.

Nos bastidores, o favoritismo é do presidente do TJ, que, se escolhido pela Corte, vai comandar o TRE nas eleições de 2020. Isto porque José Joaquim já foi corregedor eleitoral nas eleições de 2002, mas declinou de ser o presidente da Corte Eleitoral logo em seguida e agora trabalha para comandar. Para isso, pode até chamar uma regra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que prevê escolha de presidente e corregedor eleitorais.

Hoje, o TJ entra em sua primeira disputa considera de destaque neste segundo semestre. Além desta para a vaga do TRE, terá a disputa pela presidência do Tribunal de Justiça, que promete ser acirrada novamente.

José Joaquim Figueiredo fica no comando do TJ até 20 de abril de 2020.

**Tribunal de
Justiça vai
escolher novo
membro do TRE
na vaga de
desembargador**

Posse

Ainda sobre o TRE, ontem o juiz José Gonçalo Filho tomou posse na Corte Eleitoral do Maranhão na vaga de juiz estadual.

O magistrado, que é irmão do prefeito de Santa Rita, Hildo Gonçalo, teve sua posse prestigiada por nomes importantes do Judiciário maranhense como o do presidente do TJ, José Joaquim Figueiredo.

Gonçalo Filho não será a única novidade do TRE em 2019. A vaga do juiz Júlio Prazeres será aberta em dezembro e um novo membro já deverá ter sido escolhido para a Corte Eleitoral do Maranhão.



O Supremo Tribunal Federal marcou para esta quinta-feira o julgamento sobre a validade da prisão após condenação em segunda instância. Atualmente, há 193 mil detentos nessa condição em todo o país. Se a decisão for contra a prisão, sairão dias depois.

Quadrilha chefiada por presidiários é desarticulada no MA

Operação Intramuros, da PF, cumpriu 32 mandados de prisão na Ilha de São Luís, em Codó e Imperatriz. **POLÍCIA 10**

Divulgação



Policiais federais cumprem mandado judicial para prender criminosos em São José de Ribamar, acusados de integrar quadrilha

PF desbarata quadrilha de traficantes de armas e drogas em operação

Foram cumpridas 32 ordens de prisão na Ilha de São Luís, em Codó e Imperatriz; criminosos agiam no Maranhão, em outros estados e até no exterior

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

Uma organização criminosa que, segundo a polícia, era comandada por presidiários de Pedrinhas e da unidade prisional de Imperatriz, acusada de tráfico de drogas e armas de grosso calibre, com ramificação internacional, foi desarticulada ontem, durante a Operação Intramuros, deflagrada pela Polícia Federal na Grande Ilha e nas cidades de Codó e Imperatriz.

O delegado regional de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, Sandro Jansen, informou que o cerco policial tinha como um dos objetivos retirar de circulação os “cabeças” do bando criminoso. A polícia conseguiu dar cumprimento a 32 mandados de prisão preventiva e 32 ordens de busca e apreensão. Algumas ordens judiciais foram expedidas em desfavor de custodiados do Complexo Penitenciário de Pedrinhas e da unidade prisional de Imperatriz.

Na Grande Ilha, os policiais estiveram na Vila Conceição, área do Altos do Calhau, onde foram efetuadas prisões e apreensões de crack.



Divulgação

Policiais federais cumprem mandado em imóvel na Grande Ilha

Criminosos também foram presos na cidade de São José de Ribamar. Em Codó, houve a prisão de uma mulher de nome não revelado e a apreensão de entorpecente.

Os investigados foram indiciados pelos crimes de tráfico de drogas, porte ilegal de armas e organização criminosa. A operação foi denominada Intramuros porque algumas das lideranças ordenavam as práticas criminosas do interior dos presídios.

Investigação

Sandro Jansen informou que a in-

vestigação vinha sendo realizada há alguns meses e foi iniciada após trabalhos de inteligência da Polícia Federal. Foi constatado que havia uma organização criminosa, comandada por presidiários, especializada na venda de drogas e armamento de grosso calibre. “Os custodiados, de dentro das unidades prisionais, conseguiam comandar o tráfico de drogas com apoio de outros criminosos que estavam nas ruas”, relatou o delegado.

Ainda de acordo com o delegado, o bando agia no Maranhão

e em outros estados e ainda mantinha conexão com criminosos de fora do país, principalmente, para o comércio de entorpecentes. Há informações de que eles vendiam armas para quadrilheiros especializados em roubo a banco.

Mais prisões

O delegado Carlos Alessandro de Assis, superintendente da Polícia Civil da Capital, informou que na tarde de ontem foi preso, no bairro Parque Vitória, Uclédison Pereira dos Santos. Havia uma ordem de prisão em aberto em desfavor dele pelo crime de estupro de vulnerável. Ele era acusado, ainda, de furtos ocorridos este ano no Alto Turu.

Também foi presa Evamar Santos Rodrigues, a Índia. Segundo a polícia, ele é acusado de ter assassinado Elias Silva Pereira no último dia 14, no bairro Andiroba, na zona rural de São Luís. Na sede da Superintendência de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP), na Beira-Mar, ficou constatado que havia um mandado de prisão em aberto contra a mulher, expedido pelo Tribunal de Justiça do Amazonas pelo crime de roubo. ●

Legislativo promulga lei que concede reajuste aos servidores do Poder Judiciário

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Maranhão promulgou, na sessão desta terça-feira (15), a Lei 11.119/2019, de autoria do Poder Judiciário, que altera a tabela de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas do quadro de pessoal do Judiciário maranhense.

De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, a promulgação da lei pelo Poder Legislativo Estadual vem valorizar ainda mais os dedicados servidores do Poder Judiciário Estadual, que desenvolvem com empenho, compromisso e mui-

ta competência suas atividades profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça Estadual, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas institucionais e garantindo um atendi-

mento eficiente e de qualidade à sociedade maranhense”, afirmou o presidente do TJMA.

O presidente da Alema, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou que a promulgação da lei foi fruto de muito diálogo com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Joaquim Figueiredo.

Legislativo promulga lei que concede reajuste aos servidores do Poder Judiciário

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Maranhão promulgou, na sessão desta terça-feira (15), a Lei 11.119/2019, de autoria do Poder Judiciário, que altera a tabela de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas do quadro de pessoal do Judiciário maranhense.

De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, a promulgação da lei pelo Poder Legislativo Estadual vem valorizar ainda mais os dedicados servidores do Poder Judiciário Estadual, que desenvolvem com empenho, compromisso e muita competência suas atividades profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores

da Justiça Estadual, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas institucionais e garantindo um atendimento eficiente e de qualidade à sociedade maranhense”, afirmou o presidente do TJMA.

O presidente da Alema, deputado Othelino Neto (PC-doB), destacou que a promulgação da lei foi fruto de muito diálogo com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Joaquim Figueiredo.

“Muito feliz em ter promulgado a lei que concede o reajuste aos servidores do Poder Judiciário do Maranhão. Foram muitos meses de diálogo com o desembargador Joaquim Figueiredo para que pudéssemos chegar a esse ponto”, declarou Othelino.



Estão abertas, até 31 deste mês, as inscrições para a 12ª Edição do Projeto ESMAM Cultural – mostra de talentos dos juízes e profissionais do Judiciário, organizada pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão.

Neste ano, o evento acontecerá no dia 29 de novembro, a partir das 18h, na Concha Acústica Reynaldo Faray, no Parque Estadual da Lagoa da Jansen, em São Luís.

CAÇA AOS CRIMINOSOS | Polícia cumpre 65 mandados no Maranhão

Uma ação da Polícia Federal, por meio da Delegacia de Combate aos Crimes contra o Patrimônio (Delepat) da Superintendência Regional do Maranhão, deflagrou a “Operação Intramuros” nas cidades de São Luís, Imperatriz e Codó. O objetivo é desarticular uma organização criminosa com atuação no estado do Maranhão no tráfico de drogas e armas, além de outros crimes. PÁGINA 10



OPERAÇÃO INTRAMUROS

PF cumpre mais de 64 mandados no estado

A operação contou também com o apoio de 150 policiais federais. O objetivo é desarticular uma organização criminosa com atuação no estado do Maranhão

POLÍCIA FEDERAL



FORAM CUMPRIDOS 32 MANDADOS DE PRISÃO PREVENTIVA E 32 MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO EM 3 CIDADES DO MARANHÃO

Uma ação da Polícia Federal, por meio da Delegacia de Combate aos Crimes contra o Patrimônio (Delepat) da Superintendência Regional do Maranhão, deflagrou a “Operação Intramuros” nas cidades de São Luís, Imperatriz e Codó.

O objetivo é desarticular uma organização criminosa com atuação no estado do Maranhão no tráfico de drogas e armas, além de outros crimes.

Foram cumpridos, na manhã de ontem, terça-feira (15), 32 mandados

de prisão preventiva e 32 mandados de busca e apreensão, expedidos pelo juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira, titular da 1ª Vara Criminal de São Luís.

A operação contou também com o apoio de 150 policiais federais das Superintendências Regionais do Goiás, Distrito Federal, Bahia, Rio Grande Norte, Paraíba e Amapá visando colher provas da materialidade delitiva.

As investigações foram iniciadas após trabalhos de inteligências da Polícia Federal, que identificaram a atuação de facções criminosas no Estado

do Maranhão.

A polícia constatou que o grupo criminoso é dividido de forma estruturada e possui um setor responsável por planejar e realizar tráficos de drogas, armas e outros crimes no estado.

Os investigados serão indiciados pelos crimes de tráfico de drogas, porte ilegal de armas e organização criminosa.

A Operação foi denominada “Intramuros”, tendo em vista que algumas lideranças, mesmo estando presidiadas, conseguem participar ativamente dos crimes.

Governo reforça política de regularização fundiária por meio de parceria com municípios

Para ampliar o direito a terra e efetivar a permanência de forma legal dos ocupantes nos próprios núcleos e aglomerados urbanos e rurais onde já residem há anos, o governo do Maranhão reforça a política de regularização fundiária com os municípios por meio do Termo de Cooperação Técnica. No último dia 10, o secretário de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (Secid), Rubens Pereira Júnior, e o prefeito de Loreto, Mafran Bringel, assinaram acordo de cooperação técnica para fins de regularização fundiária.

Com a formalização do acordo, o governo do Maranhão amplia e intensifica as ações do programa, fortalece parcerias com as prefeituras e garante dignidade e

acesso a moradia para milhares de famílias tanto da capital maranhense, quanto do interior do estado.

“A iniciativa é uma prioridade do governador Flávio Dino, neste sentido estamos fazendo parcerias para assegurar de forma conjunta a efetivação da política, bem como, a aplicação dos instrumentos criados para otimizar tempo, recursos e alcançar resultados com maior eficácia e rapidez”, afirmou o secretário Rubens Pereira Júnior. O gestor elogiou a iniciativa da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) em promover a discussão de uma política de grande alcance e impacto social e destacou, ainda, a conquista da gratuidade em

todo processo de regularização fundiária e urbana de interesse social.

“O benefício é um avanço no estado e foi garantido por meio de uma parceria da Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano e o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, que estabeleceu normas gerais para o registro da Regularização Fundiária Urbana no âmbito da Lei Nº 13.465/2017 e Decreto Nº 9.310/2018”, ressaltou Rubens Pereira Júnior. “Esse é o nosso desafio. Estamos avançando no processo e o resultado desse trabalho é a efetivação da política pública como instrumento de inclusão social, garantia de direitos e de promoção da cidadania”, completou.

Para o prefeito de Loreto, Mafran Bringel, essa é uma demanda antiga das comunidades de Ribeirão e Bom lugar, que a gestão estadual está concretizando. “Agradecemos o apoio do governador e a parceria do secretário Rubens Júnior, que vem mostrando vontade política, trabalho e competência para melhorar a realidade dos municípios maranhenses”, comentou.

Além da Prefeitura de Loreto, a Secretaria das Cidades já assinou o Termo de Cooperação Técnica com os municípios de São Luís, Paço do Lumiar, Caxias, Fortaleza dos Nogueiras, Santo Antonio dos Lopes, Vitorino Freire, Alcântara e Imperatriz.

Vice-governador prestigia posse do novo juiz da Corte Eleitoral do Maranhão

O vice-governador Carlos Brandão participou na tarde dessa terça-feira (15) da sessão solene de posse do juiz José Gonçalo de Sousa Filho como membro efetivo na corte do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA). O magistrado assume na categoria juiz de Direito e ocupará a vaga aberta com o fim do biênio do juiz Itaércio Paulino da Silva.

A solenidade foi presidida pelo desembargador e presidente do TRE/MA, Cleones Cunha, e foi realizada no auditório Ernani Santos, na sede do Tribunal, em São Luís.

Para o vice-governador Carlos Brandão, o currículo e o perfil do juiz José Gonçalo o credenciam para exercer a nova função. “É uma pessoa que eu conheço há muito tempo. Conheço a sua história como juiz idôneo, correto e fiz questão de vir prestigiar. Eu acredito que ele vai fazer

um grande trabalho na Justiça Eleitoral, assim como vem fazendo ao longo de sua trajetória como juiz”, avaliou o vice-governador.

Na ocasião, o novo membro foi condecorado com a Medalha do Mérito Eleitoral Ministro Arthur Quadros Collares Moreira, maior honraria da Justiça Eleitoral maranhense. “A cada dois anos

nós temos uma nova composição do Tribunal Regional Eleitoral. Hoje é um momento de festa para dar as boas-vindas ao doutor Gonçalo, que passa a ser membro deste tribunal”, enfatizou o desembargador Cleones Cunha. Juiz titular da 3ª Vara Criminal de São Luís e ex-juiz-auxiliar no TRE/MA, José Gonçalo de Sousa Filho vai compor a corte

eleitoral até 2021. O magistrado agradeceu pela confiança dos desembargadores e disse que pretende somar com o trabalho que já vem sendo desenvolvido pela Corte.

“A partir de agora passo a compor o Tribunal Eleitoral e espero prestar um bom trabalho para a nossa sociedade”, afirmou o juiz José Gonçalo.

NAEL REIS

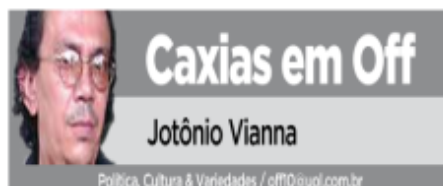


Carlos Brandão participa da posse do juiz de Direito José Gonçalo de Sousa Filho

Informe JP

Posse no TRE-MA

O juiz José Gonçalo de Sousa Filho foi empossado nesta terça-feira, 15 de outubro, como membro efetivo, categoria juiz de direito, da Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Ele foi eleito no dia 18 de setembro, na sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Estado, na vaga aberta com o fim do biênio do juiz Itaércio Paulino da Silva. A solenidade foi presidida pelo desembargador Cleones Cunha e ocorreu no plenário Ernani Santos, sede do Regional.



Enigmáticas postagens

Novas e enigmáticas postagens do juiz Antônio Manoel Velôzo, em sua rede social, reacenderam os ânimos dos defensores de uma candidatura do magistrado a prefeito de Caxias...

Crença e descrença

...Apesar disso, os que acham que Velôzo não irá cair na luta político-partidária local ainda é maior do que o número dos que acreditam que sim.

Legislativo promulga lei que concede reajuste a servidores do Poder Judiciário

A Assembleia Legislativa promulgou, nessa terça-feira (15), a lei do Poder Judiciário que altera a tabela de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas do quadro de pessoal do Judiciário maranhense.

De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça, Joaquim Figueiredo, a promulgação

da lei pelo Poder Legislativo Estadual vem valorizar ainda mais os dedicados servidores do Poder Judiciário Estadual, que desenvolvem com empenho, compromisso e muita competência suas atividades profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça Estadual, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão

na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas institucionais e garantindo um atendimento eficiente e de qualidade à sociedade maranhense”, afirmou o presidente do TJMA.

O presidente da Alema, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou que a promulgação da lei foi fruto de muito diálogo com o presidente

do Tribunal de Justiça do Maranhão, Joaquim Figueiredo. “Muito feliz em ter promulgado a lei que concede o reajuste aos servidores do Poder Judiciário do Maranhão. Foram muitos meses de diálogo com o desembargador Joaquim Figueiredo para que pudéssemos chegar a esse ponto”, declarou Othelino.

PF cumpre ordens de prisão contra membros de facção no Maranhão

A Polícia Federal deflagrou ontem (15) a Operação Intramuros, em São Luís, Imperatriz, São José de Ribamar e Codó. Cento e cinquenta policiais federais das superintendências regionais de Goiás, Distrito Federal, Bahia, Rio Grande Norte, Paraíba e Amapá participaram da operação. Foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão, e 32 mandados de prisão.

PÁG. 12 (C1)



Policiais federais fazem incursões na Vila Conceição, durante a Operação Intramuros

Operação Intramuros

Polícia Federal cumpre ordens de prisão contra membros de facção no Maranhão

LUCIENE VIEIRA

Nessa terça-feira (15), foi realizada uma entrevista coletiva com a imprensa no auditório da Polícia Federal, cuja sede fica no bairro da Cohama, sobre a Operação Intramuros, deflagrada ontem, nas cidades de São Luís, Imperatriz, São José de Ribamar e Codó. Na capital maranhense, um dos bairros atingidos pela operação foi a Vila Conceição, localizada na região do Altos do Calhau.

De acordo com os delegados Cassandra Parazi e Sandro Castro, da Delegacia de Combate aos Crimes contra o Patrimônio (Delepat), 150 policiais federais das superintendências regionais do Goiás, Distrito Federal, Bahia, Rio Grande Norte, Paraíba e Amapá participaram da operação. Foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão, e 32 mandados de prisão preventiva, tendo as



DIVULGAÇÃO/PF

Policiais federais fazem incursões na Vila Conceição, durante a Operação Intramuros

ordens judiciais sido determinadas pelo juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira, titular da 1ª Vara Criminal de São Luís.

A PF informou que foram investigados crimes de tráfico de drogas e armas. A delegada Cassandra Parazi disse

que foram apreendidas drogas e armas, mas não informou a quantidade. “Nós prendemos os líderes de organizações criminosas, que se articulavam dentro do estado do Maranhão, alguns de dentro de presídios”, disse Cassandra Parazi, ao informar que a PF chegou a estas pessoas, após trabalhos de inteligências, denúncias, informantes e provas colhidas nos últimos nove meses.

Os investigados serão indiciados pelos crimes de tráfico de drogas, porte ilegal de armas e organização criminosa, previsto no artigo 33 da Lei 11.343/2006, artigos 14 e 16 da Lei nº 10.826/03 e o Artigo 2º da Lei nº 12.850/2013.

A operação foi denominada “Intramuros” em razão de a constatação algumas lideranças comandarem as práticas de criminosas do interior dos presídios.